



ATA N.º 04/2025

TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VIÇOSA DE 2025

Aos nove dias, do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e cinco, no Salão Cultural e
Recreativo de Pardais, sito na freguesia de Pardais, concelho de Vila Viçosa, realizou-se a
Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Viçosa de dois mil e vinte e cinco,
presidida pelo Presidente da Assembleia, Joaquim António Mourão Viegas, secretariado pela
Deputada Municipal Maria Madalena Cupertino Osório de Barros
O Presidente da Mesa, Joaquim Viegas, iniciou os trabalhos da Sessão, começando por agradecer
à Presidente de Junta de Freguesia de Pardais pela cedência da sala e apoio logístico, necessários
para a realização desta Sessão Ordinária, bem como agradeceu a presença dos Membros, do
Executivo Municipal, do Público ali presente e ouvintes, bem como à Rádio Campanário pela
realização da transmissão da Assembleia Municipal
A Câmara Municipal de Vila Viçosa, foi representada pelo seu Presidente, Inácio José Ludovico
Esperança
Assistiram à presente Sessão pelo Executivo da Câmara Municipal:
O Vice-Presidente da Câmara Municipal, eleito pelo Movimento por Vila Viçosa, Tiago Passão
Salgueiro;
A Vereadora, eleita pelo Movimento por Vila Viçosa, Mónica Cristina Alegrias Lobo;
A Vereadora eleita pelo Partido Socialista, Anabela da Conceição Calado Canhoto Consolado;
Faltou à presente Sessão pelo Executivo da Câmara Municipal:
O Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária, Vitor Manuel Ventura Mila
FALTAS:
O Presidente da Mesa, Joaquim Viegas, deu conhecimento ao Plenário das justificações de
falta/pedidos de substituição dos Membros Municipais:
- António José Fialho Paulos (CDU - Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)), conforme
documento anexo sob o número 1 (um) que faz parte integrante da Ata





- António Pereira Martins (Movimento por Vila Viçosa), conforme documento anexo sob o
<u>número 2 (dois)</u> que faz parte integrante da Ata
- Maria Madalena Fraústo Acciaioli de Figueiredo (Movimento por Vila Viçosa), conforme
documento anexo sob o número 3 (três) que faz parte integrante da Ata
- Maria Jacinta de Carvalho Ribeiro Serrano (CDU - Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)),
conforme documento anexo sob o número 4 (quatro) que faz parte integrante da Ata
- Luís Pedro Serrano Pimenta (CDU - Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)), conforme
documento anexo sob o número 5 (cinco) que faz parte integrante da Ata
- João José Ratado Talhinhas (Partido Socialista), conforme documento anexo sob o número 6
(seis) que faz parte integrante da Ata
- Mário Alexandre Veredas Palma (Movimento por Vila Viçosa), conforme documento anexo sob
o número 7 (sete) que faz parte integrante da Ata
O Presidente da Mesa, Joaquim Viegas, deu conhecimento ao Plenário da falta do Membro Municipal José Maria Charrua Queiroga Perdigão (Movimento por Vila Viçosa)
Seguidamente, o Presidente da Mesa, Joaquim Viegas, deu conhecimento ao Plenário:
- Da substituição do Membro Municipal efetivo António José Fialho Paulos (CDU - Coligação
Democrática Unitária (PCP-PEV)), por Maria Jacinta de Carvalho Serrano, e esta por Luís Pedro
Serrano Pimenta e também este por António José Cunha Pires
- Da substituição do Membro Municipal efetivo António Pereira Martins (Movimento por Vila
Viçosa) por Jorge Miguel Barroso Filipe
- Da substituição do Membro Municipal efetivo Maria Madalena Fraústo Acciaioli de Figueiredo
(Movimento por Vila Viçosa) por José Maria Charrua Queiroga Perdigão
- Da substituição do Membro Municipal efetivo João José Ratado Talhinhas (Partido Socialista)
por Vanda Elisabete Andrade Banha
- Da substituição do Membro Municipal efetivo Mário Alexandre Veredas Palma (Movimento por
Vila Viçosa) por Beatriz Palma Borrões





Continuando:
O Membro sucedâneo Jorge Miguel Barroso Filipe (Movimento por Vila Viçosa) cuja identidade é
do conhecimento pessoal do Presidente da Mesa, Joaquim Viegas, prestou juramento em voz
alta, e iniciou de imediato as suas funções de Membro da Assembleia Municipal de Vila Viçosa
O Membro sucedâneo Beatriz Palma Borrões (Movimento por Vila Viçosa) cuja identidade é do
conhecimento pessoal do Presidente da Mesa, Joaquim Viegas, prestou juramento em voz alta, e
iniciou de imediato as suas funções de Membro da Assembleia Municipal de Vila Viçosa
O Membro sucedâneo Vanda Elisabete Andrade Banha (Partido Socialista) cuja identidade é do
conhecimento pessoal do Presidente da Mesa, Joaquim Viegas, prestou juramento em voz alta, e
iniciou de imediato as suas funções de Membro da Assembleia Municipal de Vila Viçosa
O Membro sucedâneo António José Cunha Pires (CDU - Coligação Democrática Unitária (PCP-
PEV)) cuja identidade é do conhecimento pessoal do Presidente da Mesa, Joaquim Viegas,
prestou juramento em voz alta, e iniciou de imediato as suas funções de Membro da Assembleia
Municipal de Vila Viçosa
Registando-se a falta da Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Maria Madalena
Registando-se a falta da Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Maria Madalena Fraústo Acciaioli de Figueiredo, o Presidente da Mesa convidou para constituição da Mesa da
Fraústo Acciaioli de Figueiredo , o Presidente da Mesa convidou para constituição da Mesa da Assembleia Municipal de Vila Viçosa, o Membro Municipal Beatriz Palma Borrões (Movimento
Fraústo Acciaioli de Figueiredo, o Presidente da Mesa convidou para constituição da Mesa da
Fraústo Acciaioli de Figueiredo, o Presidente da Mesa convidou para constituição da Mesa da Assembleia Municipal de Vila Viçosa, o Membro Municipal Beatriz Palma Borrões (Movimento por Vila Viçosa), para Segunda Secretária
Fraústo Acciaioli de Figueiredo, o Presidente da Mesa convidou para constituição da Mesa da Assembleia Municipal de Vila Viçosa, o Membro Municipal Beatriz Palma Borrões (Movimento por Vila Viçosa), para Segunda Secretária
Fraústo Acciaioli de Figueiredo, o Presidente da Mesa convidou para constituição da Mesa da Assembleia Municipal de Vila Viçosa, o Membro Municipal Beatriz Palma Borrões (Movimento por Vila Viçosa), para Segunda Secretária.————————————————————————————————————
Fraústo Acciaioli de Figueiredo, o Presidente da Mesa convidou para constituição da Mesa da Assembleia Municipal de Vila Viçosa, o Membro Municipal Beatriz Palma Borrões (Movimento por Vila Viçosa), para Segunda Secretária.————————————————————————————————————
Fraústo Acciaioli de Figueiredo, o Presidente da Mesa convidou para constituição da Mesa da Assembleia Municipal de Vila Viçosa, o Membro Municipal Beatriz Palma Borrões (Movimento por Vila Viçosa), para Segunda Secretária.————————————————————————————————————
Fraústo Acciaioli de Figueiredo, o Presidente da Mesa convidou para constituição da Mesa da Assembleia Municipal de Vila Viçosa, o Membro Municipal Beatriz Palma Borrões (Movimento por Vila Viçosa), para Segunda Secretária.————————————————————————————————————
Fraústo Acciaioli de Figueiredo, o Presidente da Mesa convidou para constituição da Mesa da Assembleia Municipal de Vila Viçosa, o Membro Municipal Beatriz Palma Borrões (Movimento por Vila Viçosa), para Segunda Secretária.————————————————————————————————————
Fraústo Acciaioli de Figueiredo, o Presidente da Mesa convidou para constituição da Mesa da Assembleia Municipal de Vila Viçosa, o Membro Municipal Beatriz Palma Borrões (Movimento por Vila Viçosa), para Segunda Secretária.————————————————————————————————————
Fraústo Acciaioli de Figueiredo, o Presidente da Mesa convidou para constituição da Mesa da Assembleia Municipal de Vila Viçosa, o Membro Municipal Beatriz Palma Borrões (Movimento por Vila Viçosa), para Segunda Secretária.————————————————————————————————————





- Francisco António Canhoto Manteigas (Movimento por Vila Viçosa);
- Vanda Elisabete Andrade Banha (PS - Partido Socialista);
- Carlos Fernando Salomé Vieira (CDU - Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV));
- Helena Margarida Tomás Diogo (PS - Partido Socialista);
- Jorge Miguel Barroso Filipe (Movimento por Vila Viçosa);
- Carmen de Jesus Silva Estorrica (CDU - Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV));
- Inês Catita Correia (Movimento por Vila Viçosa);
- Pedro Miguel Ventura Ribeiro (PS - Partido Socialista);
- Rui Paulo Garcia Costa (PS - Partido Socialista);
- José António Lopes Cardoso - Presidente de Junta de Freguesia de Bencatel (CDU - Coligação
Democrática Unitária (PCP-PEV));
- Luís Paulo Pardal Serra – Presidente da Junta de Freguesia de Ciladas (Movimento por Vila
Viçosa);
- Manuela de Jesus Pinto Raminhos - Presidente de Junta de Freguesia de Pardais (Movimento
por Vila Viçosa)
- Maria Paula Vilela Severino Queiroz - Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora da
Conceição e São Bartolomeu (Movimento por Vila Viçosa)
Confirmando-se o quórum, pelas vinte e uma horas e dez minutos, o Presidente da Mesa,
loaquim Viegas, declarou nos termos da Lei, aberta a Terceira Sessão Ordinária da Assembleia
Municipal de Vila Viçosa de dois mil e vinte e cinco, com a ordem de trabalhos constante no
Edital n.º 08/2025, de trinta de maio, conforme documento anexo sob o número 8 (oito) e que
faz parte integrante da Ata
No uso da palavra, a Segunda Secretária, Beatriz Borrões , proferiu a Ordem de Trabalhos, a
seguir descrita:
L.º PONTO - Informação do Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa acerca da Atividade
Municipal;







2.º PONTO - Processo 2024/2025. Adesao do Municipio a Rede de Municipios Amigos da
Juventude, com o Selo com Três Estrelas;
3.º PONTO – Processo 1259/2025. Listas com vista à Nomeação dos Candidatos a Juízes
Sociais;
4.º PONTO - Processo 2695/2025. Empreitada de "Reabilitação e Adaptação de Edifício a Casa
Museu Florbela Espanca"
5.º PONTO - Processo 841/2025. Transmissão do imóvel sito na Rua das Escolas, freguesia de
Pardais, anteriormente detido pela UNITATE – Associação de Desenvolvimento da Economia
Social, para a Fundação UNITATE - Alteração da Cláusula referente ao destino do prédio;
6.º PONTO – Processo 3290/2025. Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, da
Despesa, ao Plano de Atividades e ao Plano Plurianual de Investimentos N.º 3 do Ano 2025;
7.º PONTO - Processo 2227/2024. 2.º Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2025
Terminada a leitura do Edital n.º 08/2025, de trinta de maio, o Presidente da Mesa Joaquim
Viegas propôs que a Assembleia Municipal nos termos do n.º 2, do Artigo 50.º da Lei n.º 75/2013,
de 12 de setembro, na sua atual redação e do n.º 3 do Artigo 19.º do Regimento da Assembleia
Municipal em vigor, incluísse o seguinte Ponto na presente Ordem de Trabalhos:
- Processo 7702/2024. Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Vila Viçosa -
designação de Elementos da Assembleia Municipal de Vila Viçosa
<u>Deliberação:</u> A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, a inclusão na Ordem de
Trabalhos do 8.º PONTO. Processo 7702/2024. Regulamento do Orçamento Participativo do
Município de Vila Viçosa - designação de Elementos da Assembleia Municipal de Vila Viçosa

PRIMEIRO MOMENTO DO PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Primeiro Momento de Intervenção do Público, é destinado a apresentação de assuntos de interesse municipal que não constem da Ordem do Dia, e é realizado no início da Sessão antecedendo o "Período Antes da Ordem do Dia", com a duração máxima de trinta minutos,









conforme o exposto no Artigo 24.º do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Viçosa em
vigor
O Presidente da Mesa, Joaquim Viegas, verificou que na folha correspondente, não havia registo
de inscrições de Munícipes para o Primeiro Momento do Período de Intervenção do Público
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
O Presidente da Mesa Joaquim Viegas informou, que o expediente da correspondência recebida
e expedida na Assembleia Municipal desde a última Sessão, era o constante na listagem
distribuída a todos os Membros, e disponível para consulta, caso seja requerido pelos Membros
da Assembleia Municipal
Não havendo inscrições, o Presidente da Mesa Joaquim Viegas, considerou que a Assembleia
Municipal, tomou conhecimento, do teor da listagem respeitante ao expediente da
correspondência recebida e expedida na Assembleia Municipal desde a última Sessão
correspondência recebida e expedida na Assembleia Municipal desde a última Sessão
correspondência recebida e expedida na Assembleia Municipal desde a última SessãoAPROVAÇÃO DE ATAS:
APROVAÇÃO DE ATAS:
APROVAÇÃO DE ATAS: O Presidente da Mesa, Joaquim Viegas, deu início às inscrições para discussão da aprovação da
APROVAÇÃO DE ATAS: O Presidente da Mesa, Joaquim Viegas, deu início às inscrições para discussão da aprovação da Proposta da seguinte Ata:
APROVAÇÃO DE ATAS: O Presidente da Mesa, Joaquim Viegas, deu início às inscrições para discussão da aprovação da Proposta da seguinte Ata:
APROVAÇÃO DE ATAS: O Presidente da Mesa, Joaquim Viegas, deu início às inscrições para discussão da aprovação da Proposta da seguinte Ata:
APROVAÇÃO DE ATAS: O Presidente da Mesa, Joaquim Viegas, deu início às inscrições para discussão da aprovação da Proposta da seguinte Ata: Ata n.º 01/2025 respeitante à Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Viçosa, ocorrida no dia vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e cinco. Não havendo inscrições, o Presidente da Mesa, Joaquim Viegas, pôs a votação a aprovação da
APROVAÇÃO DE ATAS: O Presidente da Mesa, Joaquim Viegas, deu início às inscrições para discussão da aprovação da Proposta da seguinte Ata: Ata n.º 01/2025 respeitante à Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Viçosa, ocorrida no dia vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e cinco. Não havendo inscrições, o Presidente da Mesa, Joaquim Viegas, pôs a votação a aprovação da Ata n.º 01/2025 respeitante à Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Viçosa,
APROVAÇÃO DE ATAS: O Presidente da Mesa, Joaquim Viegas, deu início às inscrições para discussão da aprovação da Proposta da seguinte Ata:
APROVAÇÃO DE ATAS: O Presidente da Mesa, Joaquim Viegas, deu início às inscrições para discussão da aprovação da Proposta da seguinte Ata:

(PCP-PEV)) não participaram nesta votação.-----





<u>Deliberação:</u> A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a Ata n.º 01/2025, respeitante à Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Viçosa, ocorrida no dia vinte e um fevereiro de dois mil e vinte e cinco.-----

INSCRIÇÕES DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS:

A Deputada Municipal Maria Paula Queiroz propôs em nome da Bancada do Movimento por Vila Viçosa, a aprovação de um Voto de Louvor, pelos feitos alcançados pela Equipa de Futebol Feminino Sub 17 D' O Calipolense - Clube Desportivo de Vila Viçosa, conforme documento anexo sob o número 9 (nove).-----O Presidente da Mesa, Joaquim Viegas propôs a entrada na Mesa para discussão, do Voto de Louvor, pelos feitos alcançados pela Equipa de Futebol Feminino Sub 17 D'O Calipolense - Clube Desportivo de Vila Viçosa, apresentado pela Deputada Municipal Maria Paula Queiroz, em nome da Bancada do Movimento por Vila Viçosa.-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, a entrada na Mesa para discussão, do Voto de Louvor, pelos feitos alcançados pela Equipa de Futebol Feminino Sub 17 D' O Calipolense -Clube Desportivo de Vila Viçosa, apresentado pela Deputada Municipal Maria Paula Queiroz, em nome da Bancada do Movimento por Vila Viçosa.-----Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa Joaquim Viegas pôs a votação a aprovação do Voto de Louvor, pelos feitos alcançados pela Equipa de Futebol Feminino Sub 17 D' O Calipolense - Clube Desportivo de Vila Viçosa, apresentado pela Deputada Municipal Maria Paula Queiroz, em nome da Bancada do Movimento por Vila Viçosa,------Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o Voto de Louvor, à equipa de Futebol Feminino Sub-17 D'O Calipolense, que venceram pelo segundo ano consecutivo a Taça Distrital de Sub-17 Feminino, apresentado pela Deputada Municipal Maria Paula Queiroz, em nome da Bancada do Movimento por Vila Viçosa, bem como parabenizar todo o grupo de atletas, composto por jovens do Concelho e fora, assim como toda a equipa técnica, familiares, simpatizantes e apoiantes que permitiram alcançar este feito de elevada









notoried ade,
O Deputado Municipal Francisco Manteigas propôs em nome da Bancada do Movimento por
Vila Viçosa, a aprovação de um Voto de Louvor ao Executivo Municipal, na pessoa do Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa, Dr. Inácio Esperança, pela forma de atuação
previdente no dia 28 de abril de 2025, aquando da interrupção de fornecimento de energia
elétrica que ocorreu em Portugal, conforme documento anexo sob o número 10 (dez)
O Presidente da Mesa, Joaquim Viegas propôs a entrada na Mesa para discussão, do Voto de
Louvor ao Executivo Municipal, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila
Viçosa, Dr. Inácio Esperança, pela forma de atuação previdente no dia 28 de abril de 2025
aquando da interrupção de fornecimento de energia elétrica, que ocorreu em Portugal,
apresentado pelo Deputado Municipal Francisco Manteigas, em nome da Bancada do Movimento
por Vila Viçosa,
A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, a entrada na Mesa para discussão, do Voto
de Louvor ao Executivo Municipal, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila
Viçosa, Dr. Inácio Esperança, pela forma de atuação previdente no dia 28 de abril de 2025
aquando da interrupção de fornecimento de energia elétrica, que ocorreu em Portugal,
apresentado pelo Deputado Municipal Francisco Manteigas, em nome da Bancada do Movimento
por Vila Viçosa
Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa Joaquim Viegas pôs a votação a aprovação do
Voto de Louvor ao Executivo Municipal, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Municipal de
Vila Viçosa, Dr. Inácio Esperança, pela forma de atuação previdente no dia 28 de abril de 2025
aquando da interrupção de fornecimento de energia elétrica, que ocorreu em Portugal
apresentado pelo Deputado Municipal Francisco Manteigas, em nome da Bancada do Movimento
por Vila Viçosa
Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 10 (dez) votos a favor do
Deputados Municipais Francisco Manteigas, Jorge Filipe, Inês Correia, Luís Serra, Manuela
Raminhos, Maria Paula Queiroz, José Cardoso, da Primeira Secretária da Mesa Maria Madalena

Página 9 de 36





Um fórum importante da democracia

O Presidente da Câmara Municipal, Inácio Esperança estendeu o Voto de Louvor aos Chefes de Divisão, aos Funcionários, aos Presidentes de Junta de Freguesia, às Empresas, à Proteção Civil, porque de facto todos eles foram importantes para uma intervenção rápida que exigia esta situação.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

<u>Lº PONTO</u> . INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VIÇOSA ACERCA
DA ATIVIDADE MUNICIPAL
Esteve presente para conhecimento da Assembleia Municipal, a Informação do Presidente da
Câmara Municipal de Vila Viçosa acerca da Atividade Municipal de cinco de abril a três de junho
de dois mil e vinte e cinco e Informação da Situação Financeira a <u>trinta e um de maio de dois mil e</u>
<u>vinte e cinco</u>
O Presidente da Mesa Joaquim Viegas, deu início às intervenções dos Deputados Municipais
nscritos para o 1.º Ponto
Deputado Municipal Jorge Filipe solicitou esclarecimentos acerca de uma publicação feita no
acebook respeitante ao apoio do Município à CERCIESTREMOZ na aquisição de um autocarro
através de Protocolo







O Presidente da Câmara Municipal Inácio Esperança respondeu que este ano tinha sido assinado um Protocolo entre a CERCIESTREMOZ e mais sete Municípios. Como têm conhecimento Vila Viçosa e mais cinco Municípios são proprietários da quinta onde funciona a CERCIESTREMOZ. Esta entidade serve estes Concelhos e a sua Diretora solicitou-nos um autocarro para transportar as crianças porque o existente já não tinha condições para transportar os seus utentes, e face a esse problema os sete Presidentes de Câmara de Fronteira, Alandroal, Sousel, Estremoz, Borba, Redondo e Vila Viçosa decidiram e acordaram em contribuir para a aquisição de um autocarro, transferindo a respetiva verba através de Protocolo para que a CERCIESTREMOZ pudesse adquirir a viatura. Este ano também será oferecida uma ambulância nestes termos (Protocolo) aos Bombeiros Voluntários de Vila Viçosa.-----Não havendo mais intervenções para o 1.º Ponto, a Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento, da Informação do Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa acerca da Atividade Municipal de cinco de abril a três de junho de dois mil e vinte e cinco e Informação da Situação Financeira a trinta e um de maio de dois mil e vinte e cinco.----------2.º PONTO - PROCESSO 2024/2025. ADESÃO DO MUNICÍPIO À REDE DE MUNICÍPIOS AMIGOS DA JUVENTUDE, COM O SELO COM TRÊS ESTRELAS.-----Da Câmara Municipal foi presente uma Certidão da Minuta da Ata referente à Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Vila Viçosa, ocorrida no dia dois de abril de dois mil e vinte e cinco, no Salão Nobre sito nos Paços do Concelho, em Vila Viçosa, e estando presentes o Presidente da Câmara Municipal, Inácio José Ludovico Esperança, o Vice-Presidente da Câmara Municipal Tiago Passão Salgueiro, e as Vereadoras Mónica Cristina Alegrias Lobo e Anabela da Conceição Calado







Passão Salgueiro e pela Vereadora Mónica Cristina Alegrias Lobo, a qual se dá como inteiramente
reproduzida e se anexa, na qual se propõe que a Câmara Municipal delibere:
- Aprovar a Adesão do Município à Rede de Municípios Amigos da Juventude, com o Selo com Três
Estrelas
Não havendo intervenções foi colocada a Proposta de Resolução com o n.º 2087/2025 a votação
<u>Deliberação</u> : A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a Adesão do Município à
Rede de Municípios Amigos da Juventude, com o Selo com Três Estrelas."
O Presidente da Mesa Joaquim Viegas, deu início às intervenções dos Deputados Municipais
inscritos para o 2.º Ponto
O Presidente da Câmara Municipal Inácio Esperança solicitou através da Mesa que fosse o Vice-
Presidente da Câmara Municipal a esclarecer este Ponto
No uso da palavra o Vice-Presidente da Câmara Municipal, Tiago Salgueiro esclareceu que no
fundo o que se pretendia com esta proposta era a integração na Rede de Municípios Amigos da
Juventude, na qual o Município cumpre o conjunto de requisitos que remetem para a valorização
da juventude e da forma como poderemos implementar a dinamização de algumas atividades
relacionadas principalmente com setores mais jovens da população e promover atividades como
a cultura e o desporto e promover uma participação ativa que é desejável em Vila Viçosa,
sobretudo nos mais novos, e como tem uma série de potencialidades a este nível, o Executivo
julga que é conveniente aderir a esta rede
Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa Joaquim Viegas, propôs que a
Assembleia Municipal de Vila Viçosa, autorizasse a Adesão do Município à Rede de Municípios
Amigos da Juventude, com o Selo com três estrelas, conforme Proposta de Resolução n.º
2087/2025
<u>Deliberação:</u> A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, autorizar a Adesão do
Município à Rede de Municípios Amigos da Juventude, com o Selo com três estrelas, conforme
Proposta de Resolução n.º 2087/2025





3.º PONTO - PROCESSO 1259/2025. LISTAS COM VISTA À NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS A
JUÍZES SOCIAIS
Da Câmara Municipal foi presente uma Certidão da Minuta da Ata referente à Reunião Ordinária
da Câmara Municipal de Vila Viçosa, ocorrida no dia catorze de maio de dois mil e vinte e cinco,
no Salão Nobre sito nos Paços do Concelho, em Vila Viçosa, e estando presentes o Presidente da
Câmara Municipal, Inácio José Ludovico Esperança, o Vice-Presidente da Câmara Municipal Tiago
Passão Salgueiro, e os Vereadores Mónica Cristina Alegrias Lobo, Anabela da Conceição Calado
Canhoto Consolado e Vitor Manuel Ventura Mila, consta uma deliberação do teor seguinte:
"F) PONTOS
39. PROCESSO 1259/2025. LISTAS COM VISTA À NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS A JUÍZES SOCIAIS
1. Compete às Câmaras dos Municípios da sede de cada Tribunal a organização das candidaturas
a Juízes Sociais para intervir nas causas da competência dos Tribunais de Menores, entre cidadãos
residentes na área do Município da sede do respetivo Tribunal, de acordo com o estabelecido no
Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho;
2. Na preparação das Listas, foi solicitada a colaboração de entidades públicas e privadas do
concelho de Vila Viçosa, em conformidade com o estabelecido no Artigo 34.º do referido Decreto-
Lei
3. De acordo com o Artigo 36.º do mesmo diploma legal as Listas deverão ser votadas pela
Assembleia Municipal
Foi presente a Proposta de Resolução com o n.º 2818/2025, subscrita pelo Presidente da Câmara
Municipal Inácio José Ludovico Esperança, pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal Tiago
Passão Salgueiro e pela Vereadora Mónica Cristina Alegrias Lobo, a qual se dá como inteiramente
reproduzida e se anexa, na qual se propõe que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea
ccc), do n.º 1, do Artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado
como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:
- Submeter à Assembleia Municipal de Vila Viçosa, para votação, nos termos do artigo 36.º do
Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, a Lista dos 30 candidatos a Juízes Sociais (Efetivos e

Página 13 de 36





Suplentes) conforme a segu	iir discriminad	a:			
- <u>Lista de Juízes Sociais Efeti</u>	<u>vos</u> :	***************************************			
	_				
	daugroom-mustavares				
		=			
				*************	***************************************
	17-27-11-17-1				
		Harden and the control of the Contro	***************************************		
ista de Juízes Sociais Suplei	ntes:				

and there are a second		, gga 10			
		$-\sqrt{\Lambda}$	6 ~ II	Landrahan	100
				1545.96.00	۵ 🕮

Página 14 de 36





Não havendo intervenções foi colocada a Proposta de Resolução com o n.º 2879/2025 a votação.-<u>Deliberação</u>: A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal de Vila Viçosa, para votação, nos termos do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, a Lista dos 30 candidatos a Juízes Sociais (Efetivos e Suplentes) conforme a seguir discriminada:----Lista de Juízes Sociais Efetivos:---Lista de Juízes Sociais Suplentes:----





Página 15 de 36





A Deputada Municipal Inês Correia solicitou escusa na votação deste Ponto.-----A Segunda Secretária Beatriz Borrões solicitou escusa na votação deste Ponto.-----O Presidente da Câmara Municipal Inácio Esperança esclareceu que a Lista tinha sido solicitada pelo Ministério Público, e para a sua constituição tinha sido solicitado nomes de pessoas a várias instituições do Concelho para a sua inclusão de acordo com os critérios definidos pela Lei.-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa Joaquim Viegas, propôs que a Assembleia Municipal de Vila Viçosa, aprovasse nos termos do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, a Lista dos 30 candidatos a Juízes Sociais (Efetivos e Suplentes) remetida Deliberação: A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar nos termos do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, a Lista dos 30 (trinta) Candidatos a Juízes Sociais (Efetivos e Suplentes) conforme a seguir discriminada:-





Página **16** de **36**





Lista de Juízes Sociais Efetivos:		88 5 1 1 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2	

		~	

Lista da Inísas Sasisis Suntantan			
<u>Lista de Juízes Sociais Suplentes:</u>			
			·

	***************************************	(1778-777-778-787-77-7-77-78-78-78-78-78-7	
			_ 54
		0	
		hadman	





A Deputada Municipal Inês Correia e a Segunda Secretária Beatriz Borrões não participaram na
votação deste Ponto
4.º PONTO - PROCESSO 2695/2025. EMPREITADA DE "REABILITAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE
EDIFÍCIO A CASA MUSEU FLORBELA ESPANCA".
Da Câmara Municipal foi presente uma Certidão da Minuta da Ata referente à Reunião Ordinária
da Câmara Municipal de Vila Viçosa, ocorrida no dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e
cinco, no Salão Nobre sito nos Paços do Concelho, em Vila Viçosa, e estando presentes o
Presidente da Câmara Municipal, Inácio José Ludovico Esperança, o Vice-Presidente da Câmara
Municipal Tiago Passão Salgueiro, e os Vereadores Mónica Cristina Alegrias Lobo, Anabela da
Conceição Calado Canhoto Consolado e Vitor Manuel Ventura Mila, consta uma deliberação do
teor seguinte:
"F) PONTOS
42.PROCESSO 2695/2025. EMPREITADA DE "REABILITAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE EDIFÍCIO A CASA
MUSEU FLORBELA ESPANCA"
Foi presente a Proposta de Resolução com o n.º 3118/2025, subscrita pelo Presidente da Câmara
Municipal Inácio José Ludovico Esperança, pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal Tiago
Passão Salgueiro e pela Vereadora Mónica Cristina Alegrias Lobo, a qual se dá como inteiramente
reproduzida e se anexa, na qual se propõe que a Câmara Municipal delibere aprovar:
- Autorizar a realização da despesa com a decisão de contratar, conforme proposto e em
cumprimento do disposto nos artigos 36.º e 38.º do CCP;
· Autorizar a escolha do Procedimento de Concurso Público;
Aprovar as Peças do Procedimento, nomeadamente o Anúncio, o Programa de Concurso, o
Vila Viçasa





Caderno de Encargos e Projeto de Execução;
- Designar como Júri do Procedimento:
Presidente - Paulo Jorge da Cunha Catarino Silva;
Vogal Efetivo - Válter André Correia Tomás Pires;
Vogal Efetivo - Ana Cristina Jorge Simão;
Vogal Suplente - Domingos Augusto Galhardas Pratas;
Vogal Suplente - Artur Jorge Lopes Rosado
- Nomear como Gestor de Contrato - Paulo Jorge da Cunha Catarino Silva
- Nomear como Gestores de Procedimento - Adalberto das Mercês e Irina Ribeiro
- Remeter para a Assembleia Municipal deliberar, nos termos da alínea c), do n.º 1, do Art.º 6.º da
Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro na sua atual redação, a Assunção de Compromissos Plurianuais
de 212.182,16€ no decurso do ano de 2025 e o restante valor, ou seja, 53.045,54€, sejam
executados no primeiro trimestre de 2026, de modo a se conseguir concluir todos os trabalhos
revistos para a Empreitada de Reabilitação e Adaptação de Edifício a Casa Museu Florbela
Espanca
Não havendo intervenções foi colocada a Proposta de Resolução com o n.º 3118/2025 a votação
<u>Deliberação</u> : A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade:
- Autorizar a realização da despesa com a decisão de contratar, conforme proposto e em
cumprimento do disposto nos artigos 36.º e 38.º do CCP;
cumprimento do disposto nos artigos 36.º e 38.º do CCP;
- Autorizar a escolha do Procedimento de Concurso Público;
- Autorizar a escolha do Procedimento de Concurso Público;
- Autorizar a escolha do Procedimento de Concurso Público;
- Autorizar a escolha do Procedimento de Concurso Público;
- Autorizar a escolha do Procedimento de Concurso Público;
- Autorizar a escolha do Procedimento de Concurso Público;

Página **19** de **36**





-vogar Supremie - Artur Jorge Lopes Rosado
- Nomear como Gestor de Contrato - Paulo Jorge da Cunha Catarino Silva
- Nomear como Gestores de Procedimento - Adalberto das Mercês e Irina Ribeiro
- Remeter para a Assembleia Municipal deliberar, nos termos da alínea c), do n.º 1, do Art.º 6.º da
Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro na sua atual redação, a Assunção de Compromissos Plurianuais
de 212.182,16€ no decurso do ano de 2025 e o restante valor, ou seja, 53.045,54€, sejam
executados no primeiro trimestre de 2026, de modo a se conseguir concluir todos os trabalhos
revistos para a Empreitada de Reabilitação e Adaptação de Edifício a Casa Museu Florbela
Espanca."
O Presidente da Mesa Joaquim Viegas, deu início às intervenções dos Deputados Municipais
inscritos para o 4.º Ponto
O Presidente da Câmara Municipal Inácio Esperança informou que o Concurso Público já tinha
sido publicado em Diário da República bem como já está nas plataformas digitais, portanto
brevemente já terá a consignação da obra, tal como a obra de Reabilitação do Multiusos de São
Romão
Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa Joaquim Viegas, propôs que a
Assembleia Municipal de Vila Viçosa, autorizasse nos termos da alínea c), do n.º 1, do Art.º 6.º da
Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro na sua atual redação, a Assunção de Compromissos Plurianuais
de 212.182,16€ no decurso do ano de 2025 e o restante valor, ou seja, 53.045,54€, sejam
executados no primeiro trimestre de 2026, de modo a se conseguir concluir todos os trabalhos
revistos para a Empreitada de Reabilitação e Adaptação de Edifício a Casa Museu Florbela
Espanca
Deliberação: A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, autorizar nos termos da
alínea c), do n.º 1, do Art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro na sua atual redação, a
Assunção de Compromissos Plurianuais de 212.182,16€ no decurso do ano de 2025 e o restante
valor, ou seja, 53.045,54€, sejam executados no primeiro trimestre de 2026, de modo a se





conseguir concluir todos os trabalhos revistos para a Empreitada de Reabilitação e Adaptação
de Edifício a Casa Museu Florbela Espanca
5.º PONTO - PROCESSO 841/2025. TRANSMISSÃO DO IMÓVEL SITO NA RUA DAS ESCOLAS,
FREGUESIA DE PARDAIS, ANTERIORMENTE DETIDO PELA UNITATE – ASSOCIAÇÃO DE
DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOCIAL, PARA A FUNDAÇÃO UNITATE - ALTERAÇÃO DA
CLÁUSULA REFERENTE AO DESTINO DO PRÉDIO
Da Câmara Municipal foi presente uma Certidão da Minuta da Ata referente à Reunião Ordinária
da Câmara Municipal de Vila Viçosa, ocorrida no <u>dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e</u>
cinco, no Salão Nobre sito nos Paços do Concelho, em Vila Viçosa, e estando presentes o
Presidente da Câmara Municipal, Inácio José Ludovico Esperança, o Vice-Presidente da Câmara
Municipal Tiago Passão Salgueiro, e os Vereadores Mónica Cristina Alegrias Lobo, Anabela da
Conceição Calado Canhoto Consolado e Vitor Manuel Ventura Mila, consta uma deliberação do
teor seguinte:
"F) PONTOS
43.PROCESSO 841/2025. TRANSMISSÃO DO IMÓVEL SITO NA RUA DAS ESCOLAS, FREGUESIA DE
PARDAIS, ANTERIORMENTE DETIDO PELA UNITATE — ASSOCIAÇÃO DE DESENVOL-VIMENTO DA
ECONOMIA SOCIAL, PARA A FUNDAÇÃO UNITATE - ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA REFERENTE AO
DESTINO DO PRÉDIO
Foi presente a Proposta de Resolução com o n.º 3129/2025, subscrita pelo Presidente da Câmara
Municipal Inácio José Ludovico Esperança, pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal Tiago
Passão Salgueiro, e pela Vereadora Mónica Cristina Alegrias Lobo, a qual se dá como
nteiramente reproduzida e se anexa, na qual se propõe que a Câmara Municipal delibere
aprovar:
1. Aprovar a alteração à Cláusula que consta na Escritura Outorgada em 09/06/2022, referente à
alienação do prédio inscrito na matriz sob o Artigo 722 e descrito sob o número 454 da Freguesia
de Pardais nomeadamente:
'Na escritura previa-se que o prédio alienado se destinava a licenciamento e instalação de uma





Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), passando agora a constar como finalidade do
mesmo a instalação de uma Unidade de Cuidados Paliativos."
2. Enviar à Assembleia Municipal para aprovação
- Não havendo intervenções foi colocada a Proposta de Resolução com o n.º 3129/2025 a
votação
<u>Deliberação</u> : A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade:
1. Aprovar a alteração à Cláusula que consta na Escritura Outorgada em 09/06/2022, referente à
alienação do prédio inscrito na matriz sob o Artigo 722 e descrito sob o número 454 da Freguesia
de Pardais nomeadamente:
"Na escritura previa-se que o prédio alienado se destinava a licenciamento e instalação de uma
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), passando agora a constar como finalidade do
mesmo a instalação de uma Unidade de Cuidados Paliativos"
2. Enviar à Assembleia Municipal para aprovação."
O Presidente da Mesa Joaquim Viegas, deu início às intervenções dos Deputados Municipais
inscritos para o 5.º Ponto
O Deputado Municipal Agostinho Arranca referiu e manifestou que em nome da Bancada do
Partido Socialista votará a viabilização deste projeto, porque era um projeto muito importante
para a localidade, para a Freguesia e para o Concelho. Recordou que este processo tem-se
arrastado ao longo do tempo e com o qual foi manifestado algumas divergências, tal como a
transmissão da propriedade da Antiga Escola de Pardais (que vem desde Outubro de 2019) em
que agora o Senhor Presidente da Câmara Municipal, dizia na altura que era muito importante ter
um Centro de Dia e que avançaria em poucos dias. Depois mais tarde também se disse numa
entrevista dada que havia uma solução iminente para a questão do Centro de Dia e depois mais
tarde de uma ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas; Posteriormente houve um
Contrato de Comodato que aqui tinha sido dito que inviabilizaria a candidatura a verbas
comunitárias, o que se provou na altura que não era verdade, pois o Regime de Comodato
poderia vigorar e isso ser possível. Passou a fase em que a Entidade que detinha o usufruto dessa

Página 22 de 36





Um fórum importante da democracia

propriedade e durante dois anos teria que concluir a instalação dessas valências e com a transmissão de propriedade passou de dois anos para quatro mais três, portanto foi um processo complicado ao longo do tempo. Em Março surge o projeto da Câmara Municipal da ERPI -Estrutura Residencial para Pessoas Idosas que não foi aprovado; Em Julho a Escola é vendida/transmitida a sua propriedade; No fim de Julho sabe-se do indeferimento mas que havia o compromisso de se fazer o recurso (que não sabe se foi feito); Em Fevereiro surge esta comunicação sobre a Unidade de Cuidados Paliativos. De facto foi perdida a hipótese de se ter um Centro de Dia em Pardais, perdeu-se a oportunidade de ter uma ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas porque não foi financiada na altura mas também não foi feita. Havia um Contrato que obrigava em que em "x" tempo isso fosse feito ou então o edifício passaria outra vez para o Município de Vila Viçosa. Agora, surge-nos esta alteração, que será viabilizada, mas gostaria de ser esclarecido acerca desta proposta em que se propõe que na escritura que conste a finalidade de a ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas passar a ser uma Unidade de Cuidados Paliativos, mas na Ata que foi aprovada na presente data numa intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal em que dizia que isto era algo de maleável, ou seja se não fosse uma Unidade de Cuidados Paliativos poderia passar para uma ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas porque o projeto e as instalações ficariam preparados com trinta vagas para uma coisa ou para outra. Se for aprovada a alteração para a única finalidade: a Unidade de Cuidados Paliativos fica-se com o mesmo problema, não podendo voltar atrás e ficará a haver a necessidade de se alterar outra vez este documento para haver uma viabilidade de uma ERPI -Estrutura Residencial para Pessoas Idosas ou de um Centro de Dia, ou seja com esta alteração estamos a inviabilizar o retrocesso, a tal maleabilidade do projeto. Se fosse um Centro de Dia ou Lar para Idosos, ficariam com a certeza de que o serviço à população mais idosa de Pardais era garantido, assim surgem algumas dúvidas porque em regra já se sabe como estas Unidades são geridas e gostariam de saber como se fará a gestão das trinta vagas da Unidade de Cuidados Paliativos como era o normal, ou se estava previsto, se isso fosse possível, alguma salvaguarda para que esta Unidade sirva preferencialmente uma quota para a localidade de Pardais e para o





Página 23 de 36





Um fórum importante da democracia

Concelho (quer na ocupação de utentes quer nos postos de trabalho que eventualmente venham a ser criados).-----

O Deputado Municipal Francisco Manteigas questionou se a cláusula de reversão se mantinha.---O Presidente da Câmara Municipal Inácio Esperança respondeu que a cláusula de reversão era a mesma. Há coisas que levam muitos e muitos anos a fazer, e há coisas que se conseguem fazer rapidamente, e quem já construiu coisas sabe bem que isso acontece, como por exemplo o Quartel dos Bombeiros de Vila Viçosa que levou 20 anos a ser construído, e não o fizeram antes porque não tinham um projeto (desde 1987 até 2003), e as oportunidades passavam e nunca o fizeram. Tiveram um esboço que foi chumbado quando todas as coletividades do distrito tiveram quartéis de bombeiros e Vila Viçosa não tinha. Nessa altura pagava-se tudo: o projeto completo, obras a mais, erros e omissões, juros bancários, etc., mas quando o fizemos houve um apoio de 500.000,00€ (quinhentos mil euros) e o resto teve de se arranjar. Outro exemplo a Unidade da Santa Casa da Misericórdia a sua construção também durou 12 anos, ao abrigo do Programa MODELAR, mas só o conseguiram porque conseguiram ter um projeto em dezembro (no final do ano em que terminava o programa) e lançar o concurso. As oportunidades surgem e têm de ser agarradas e o que interessa é construir, fazer, investir, criar investimento, criar emprego, criar trabalho, criar dinâmicas, e isso, este Executivo sabe fazê-lo muito bem. Quando falou nele como Presidente de Junta de Freguesia de Pardais, que em 2019 disse que em três meses fazia um Centro de Dia, e fazia, e sabe porque não o fez? Porque havia uma Associação em Pardais que no fundo tinha algum teor político, que não libertou a Escola a tempo, para que as verbas que estavam libertas numa outra Unidade pudessem vir para Pardais, era até dia 31 de dezembro, e como isso não foi possível, não foi possível fazer a candidatura e trazer para Pardais a vaga, quando foi libertada um ano depois essas vagas já tinham sido diluídas pelas outras Unidades Sociais e por outros Lares, e Pardais não conseguiu. Houve a hipótese de se fazer uma candidatura ao Programa PARES que esteve um ano à espera que abrisse e não abriu. A Fundação UNITATE investiu cerca de 40.000,00€ (quarenta mil euros) num projeto para uma ERPI -Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, o Programa MODELAR no anterior Governo não abriu



Página 24 de 36





Um fórum importante da democracia

durante três anos, e então não se pode fazer uma coisa destas que custa cerca de 3.000.000,00€ (três milhões de euros) sem candidaturas e sem apoios comunitários. Abriu no PRR - Plano de Recuperação e Resiliência uma candidatura em março, e quando este Executivo tomou posse em outubro, e tendo a Câmara Municipal dois projetos para Estrutura Residencial para Pessoas Idosas uma para Bencatel e outra para São Romão e a UNITATE também tinha um projeto para Pardais e candidatou, e foram os três chumbados, porque não tinham maturidade que era exigida que era o Concurso Público lançado, mas também não houve um município com a candidatura aprovada no País era exigido ter o Concurso lançado, e como esses valores são altos têm de vir à Assembleia Municipal e têm de estar cabimentados e nenhum dos municípios pequenos do País tem verba disponível no seu orçamento para cabimentar uma obra desta natureza na sua totalidade. Nos programas inscreve-se até 10.000,00€ (dez mil euros) no orçamento, os Presidentes de Câmara assinam uma Declaração de Compromisso de Honra, que assim que assinar o contrato, aquela verba que vier do contrato de financiamento do fundo financeiro é cabimentada na rúbrica. Entretanto aguardou-se que abrisse novo Programa que até hoje ainda não abriu. Na rede de Cuidados Continuados e Integrados abriu a possibilidade de fazer Paliativos, porque é uma grande carência no País, nomeadamente no nosso Distrito que não existe nenhuma Unidade de Cuidados Paliativos. Este Projeto veio até à Assembleia Municipal para possibilidade de candidatura que foi aceite por todos, ou seja este projeto acaba no fim sendo dois projetos (um de ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e outro de Unidade de Cuidados Paliativos) sendo esta a maleabilidade. Assim que um dos projetos abrisse era candidatado, porque o objetivo é servir as pessoas, não obviamente as pessoas que estão lá internadas mas também as pessoas da freguesia, que é uma carência de trabalho porque não há trabalho na freguesia (trabalho qualificado para os jovens). Estas Unidades empregam muitos jovens qualificados, como na Santa Casa da Misericórdia – Unidade de Continuados estão trinta Técnicos qualificados, sendo metade deles de Vila Viçosa, o que irá acontecer também com esta Unidade em Pardais. Quanto às pessoas que entram, existe a rede Nacional de Unidade de Continuados que é gerida pela Saúde, tal como nas vagas sociais para Estruturas Residenciais

Página 25 de 36





Um fórum importante da democracia

para Pessoas Idosas é a Segurança Social. De qualquer maneira se houver no Concelho outras Unidades (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas) serão suficientes para todos os idosos do Concelho e ganha-se uma mais-valia com esta, porque de facto no fim da vida é quando se precisa de mais dignidade e de mais cuidados, e se perguntarem às pessoas de Vila Viçosa que tiveram familiares nas camas dos Paliativos que existe em Montemor, têm que se deslocar até lá todos os dias e se houver aqui uma Unidade de Paliativos, obviamente uma das prioridades serão as pessoas da zona para libertarem camas hospitalares, a seguir outro critério é a residência, etc. É este o objetivo, servir as pessoas, ajudar as pessoas, investir, criar dinâmicas e estar sempre atentos a tudo o que é financiamento. Infelizmente este Concelho teve quarenta anos sem investimento, quase zero de fundos comunitários, e quase zero execução de outros fundos, e não tendo feito um apanhado pode chegar a cerca de 40.000.000,00€ (quarenta milhões de euros) que se perderam desde os fundos pré-adesão de 1987 até ao início deste mandato, à exceção de 200.000,00€ (duzentos mil euros) para o Centro de Saúde de Bencatel e Casa da Cultura e 200.000,00€ (duzentos mil euros) para o Multiusos de São Romão. Neste momento já existem 7.000.000,00€ (sete milhões de euros) comprometidos com os fundos comunitários (quer no 2030 através da ITI - Instrumento Territorial Integrado CIM Comunidades intermunicipais, quer no 2030 através da alta do CUA – Ciclo Urbano da Água com candidaturas diretas ao PO Fundos, quer no PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, quer noutros fundos) e espera obviamente contar com o apoio da Assembleia Municipal para a realização destes investimentos. As coisas levam tempo porque não saem como nós queremos, porque a sua vontade era fazer tudo no dia que entrou e a funcionar, mas infelizmente não é assim, porque existem não só as burocracias, exigências, oportunidades que por vezes não surgem em determinado tempo. Se dependesse exclusivamente de si já estaria feito, mas como não dependeu e infelizmente no início deste processo houve muita política metida e terminou muito mal para Pardais e para esta terra, mas felizmente as pessoas perceberam isto nesta terra.-----O Deputado Municipal Agostinho Arranca referiu que havia uma questão que era a cláusula de



reversão, porque quando no contrato de comodato é extinto, a cláusula de reversão desse

Página 26 de 36





Um fórum importante da democracia

O Presidente da Câmara Municipal Inácio Esperança respondeu que relativamente ao prazo, de facto ele não foi ultrapassado e relativamente à aquisição ela foi feita por um motivo. O que foi referido foi que não era possível fazer a ERPI - Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, porque não era possível o financiamento bancário ser feito sendo apenas um Comodato e não uma propriedade e ainda terão que ser cerca de 700.000,00€ (setecentos mil euros) de financiamento neste caso do Banco Montepio, poderia ser de outro banco qualquer, isso é que motivou a compra, porque não era possível o financiamento sem isto mas o Município ficou salvaguardado. Deram-se escolas a Associações de Caçadores que geraram zero postos de trabalho e não houve problema, cederam-se Escolas para outras instituições também não houve problema nenhum, muito menos haverá aqui, até pelo motivo que se vai fazer que é um investimento que tem retribuição para o Concelho. Relativamente aos funcionários o compromisso que há da Fundação UNITATE é que serão pessoas da freguesia de Pardais e do Concelho de Vila Viçosa que terão prioridade, por isso em conjunto com a Junta de Freguesia irão ser iniciadas algumas formações básicas com pessoas da aldeia para que possam no fundo de saber se são capazes de efetuar aquele tipo de trabalho, porque nem toda a gente é capaz de tratar idosos acamados ou de idosos em Lar muito menos nestas situações, porque é preciso ter estofo psicológico e apetência para aguentar este tipo de trabalho, que julga não ser para qualquer pessoa, e depois dependerá dos candidatos que houver do Concelho terá de haver de outros locais, que será muito importante a fixação de Técnicos no Concelho.-----





Página 27 de 36





Um fórum importante da democracia

O Deputado Municipal Francisco Manteigas referiu que a questão dos funcionários na sua opinião era um problema que estava a aumentar pela sua escassez, mas felizmente tem havido alguma captação de imigração para trabalhar na área social. Mas tal como o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu se forem criadas as condições em termos de formação e de adaptação, logicamente que haverá pessoas não só do Concelho para aceitar este trabalho, que é um trabalho difícil (paliativos), mas só quem não quiser ou não se conseguir adaptar é que não terá emprego. Quanto às vantagens julga serem óbvias, mas julga que terão de vir pessoas de fora e derivado ao problema de habitação que existe apesar de tudo ainda é mais fácil a residência em Pardais do que residência em Vila Viçosa, ou seja há um potencial de crescimento da freguesia e será outro fator importante. Quanto às redes de cuidados continuados funcionam tal como o próprio nome indica em rede, ou seja havendo uma pessoa que necessita e é introduzida na rede, a pessoa pode até ser de Vila Viçosa, mas se não houver lugares em Vila Viçosa terá que ir para outro local com vaga, mas com o decorrer do tempo e abrindo vagas essa pessoa vai-se aproximando do local da sua residência, como por exemplo na Unidade de Cuidados Continuados de Vila Viçosa existe uma grande percentagem de pessoas de Vila Viçosa.--A Deputada Municipal Manuela Raminhos deu os parabéns à Fundação UNITATE por não ter desistido do antigo edifício da Escola Primária, que já há muitos, e muitos anos, que se encontra encerrada e também ao Executivo da Câmara Municipal, porque de facto ter uma Unidade de Cuidados Paliativos em Pardais, que vai servir não só Pardais e o Concelho, mas toda a região. É de facto importante não só para prestar os Serviços a quem mais precisa e dar alguma dignidade em final de vida às pessoas que deste Serviço necessitam, mas também criar os postos de trabalho tal como foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. A Junta de Freguesia de Pardais já articulou com o Presidente da Fundação UNITATE o início das formações e preparações para pessoas que estejam dispostas a ocupar estes postos de trabalho na Freguesia, acrescentando que há pessoas dentro da Freguesia de Pardais que estão interessadas em preencher estas vagas e iniciarem a formação. Reiterou os parabéns a todos aqueles que não desistiram desta resposta.-----









A Deputada Municipal Inês Correia referiu que nunca pensou que neste ponto fossem discutidos tantos pormenores das cláusulas, porque essas podem vir a votação as vezes que forem necessárias desde que isso signifique criar obra para o Concelho. Obviamente que uma ERPI -Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas também seria fundamental, mas como o Senhor Presidente da Câmara disse, essa necessidade pode ser colmatada com as outras ERPI -Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas do Concelho. Julga que só quem não está no SNS não sabe a oportunidade que é criar uma Unidade de Cuidados Paliativos no nosso Concelho, porque há camas em Montemor-o-Novo, há camas em Serpa, mas essas não são suficientes para suprir as necessidades de muitas pessoas que ficam na ULSAC - Unidade Local de Saúde do Alentejo Central internadas a aguardar resolução social, como tem experiência pessoal na matéria porque integra a Equipa de Cuidados Paliativos Pediátricos do Distrito (e sabem quantas camas há para Cuidados Paliativos Pediátricos no Distrito? Zero). Portanto apelou se esta Unidade for realmente concretizada que deixem uma ou duas camas para Cuidados Paliativos Pediátricos que também O Presidente da Mesa Joaquim Viegas referiu que estavam todos conscientes que é uma infraestrutura que será útil e de facto há que se congratular por haver uma entidade que continuou na sua labuta para que acontecesse um edifício desta natureza e nesta Freguesia. Na sua opinião há que dar os parabéns.-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa Joaquim Viegas, propôs que a Assembleia Municipal de Vila Viçosa, aprovasse a alteração à Cláusula que consta na Escritura Outorgada em 09/06/2022, referente à alienação do prédio inscrito na matriz sob o artigo 722 e descrito sob o número 454 da Freguesia de Pardais nomeadamente:-----"Na escritura previa-se que o prédio alienado se destinava a licenciamento e instalação de uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), passando agora a constar como finalidade do mesmo a instalação de uma Unidade de Cuidados Paliativos".-----Deliberação: A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a alteração à Cláusula que consta na Escritura Outorgada em 09/06/2022, referente à alienação do prédio





Página **29** de **36**





inscrito na matriz sob o artigo 722 e descrito sob o número 454 da Freguesia de Pardais
nomeadamente:
"Na escritura previa-se que o prédio alienado se destinava a licenciamento e instalação de uma
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), passando agora a constar como finalidade do
mesmo a instalação de uma Unidade de Cuidados Paliativos"
~
<u>6.º PONTO – PROCESSO 3290/2025</u> . ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA,
DA DESPESA, AO PLANO DE ATIVIDADES E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS N.º 3
DO ANO 2025
Da Câmara Municipal foi presente uma Certidão da Minuta da Ata referente à Reunião Ordinária
da Câmara Municipal de Vila Viçosa, ocorrida no <u>dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e</u>
cinco, no Salão Nobre sito nos Paços do Concelho, em Vila Viçosa, e estando presentes o
Presidente da Câmara Municipal, Inácio José Ludovico Esperança, o Vice-Presidente da Câmara
Municipal Tiago Passão Salgueiro, e os Vereadores Mónica Cristina Alegrias Lobo, Anabela da
Conceição Calado Canhoto Consolado e Vitor Manuel Ventura Mila, consta uma deliberação do
teor seguinte:
"F) PONTOS
46.PROCESSO 3290/2025. ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA, DESPESA E
AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS N.º 3 DO ANO 2025
Foi presente a Proposta de Resolução com o n.º 3188/2025, subscrita pelo Presidente da Câmara
Municipal Inácio José Ludovico Esperança, pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal Tiago
Passão Salgueiro, e pela Vereadora Mónica Cristina Alegrias Lobo, a qual se dá como
inteiramente reproduzida e se anexa, na qual se propõe que a Câmara Municipal delibere
aprovar:
Aprovar a Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, Despesa e ao Plano Plurianual de
nvestimentos n.º 3 do ano 2025;





- Enviar à Assembleia Municipal para aprovação
- Não havendo intervenções foi colocada a Proposta de Resolução com o n.º 3188/2025 d
votação
<u>Deliberação:</u> A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a Alteração Modificativo
ao Orçamento da Receita, Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos n.º 3 do ano 2025 €
enviar à Assembleia Municipal para aprovação."
O Presidente da Mesa Joaquim Viegas, deu início às intervenções dos Deputados Municipais
inscritos para o 6.º Ponto
O Presidente da Câmara Municipal Inácio Esperança esclareceu que esta alteração era
respeitante ao encaixe da verba proveniente da Federação Portuguesa de Ténis para o arranjo
dos Campos de Ténis de Vila Viçosa
Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa Joaquim Viegas, propôs que a
Assembleia Municipal de Vila Viçosa, aprovasse a Alteração Modificativa ao Orçamento da
Receita, Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos n.º 3 do ano 2025,
Deliberação: A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a Alteração
Modificativa ao Orçamento da Receita, Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos n.º 3
do ano 2025
7.º PONTO - PROCESSO 2227/2024. 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE
2025
Da Câmara Municipal foi presente uma Certidão da Minuta da Ata referente à Reunião Ordinária
da Câmara Municipal de Vila Viçosa, ocorrida no dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e
cinco, no Salão Nobre sito nos Paços do Concelho, em Vila Viçosa, e estando presentes o
Presidente da Câmara Municipal, Inácio José Ludovico Esperança, o Vice-Presidente da Câmara
Municipal Tiago Passão Salgueiro, e os Vereadores Mónica Cristina Alegrias Lobo, Anabela da
Conceição Calado Canhoto Consolado e Vitor Manuel Ventura Mila, consta uma deliberação do
teor seguinte:
"F) PONTOS





47.PROCESSO 2227/2024. 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2025.-----Foi presente a Proposta de Resolução com o n.º 3053/2025, subscrita pelo Presidente da Câmara Municipal Inácio José Ludovico Esperança, pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal Tiago Passão Salgueiro, e pela Vereadora Mónica Cristina Alegrias Lobo, a qual se dá como inteiramente reproduzida e se anexa, na qual se propõe que a Câmara Municipal delibere aprovar:------ Aprovar a 2.º Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2025, conforme o exposto na Proposta de Resolução n.º 2925/2025.------ Enviar à Assembleia Municipal para aprovação.-----Não havendo intervenções foi colocada a Proposta de Resolução com o n.º 3053/2025 a votação.-<u>Deliberação</u>: A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2025, conforme o exposto na Proposta de Resolução n.º 2925/2025 e enviar à Assembleia Municipal para aprovação".-----O Presidente da Mesa Joaquim Viegas, deu início às intervenções dos Deputados Municipais inscritos para o 7.º Ponto.-----O Presidente da Câmara Municipal Inácio Esperança esclareceu que um funcionário reformou-se e servirá para manter a vaga, e também havia um Concurso para duas vagas para o Cineteatro Florbela Espanca que foi resolvida com contratação externa e porque acha não haver necessidade no momento de abrir essas vagas ou seguir com o Concurso aberto, e abriram duas vagas de administrativo que fazem falta e havendo pessoas na Lista dos Administrativos, e havendo falta de um para os Recursos Humanos e outro para a DAGF, não se perdendo vagas só alteração do serviço que se necessita.-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa Joaquim Viegas, propôs que a



Assembleia Municipal de Vila Viçosa, aprovasse a 2.º Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de

2025, conforme o exposto nas Propostas de Resolução n.ºs 2925/2025 e 3053/2025.-----





<u>Deliberação</u>: A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2025, conforme o exposto nas Propostas de Resolução n.ºs 2925/2025 e 3053/2025.-----

8.º PONTO - PROCESSO 7202/2024 - REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO
MUNICÍPIO DE VILA VIÇOSA
Foi presente a Proposta de Resolução n.º 3381/2025 de 2 de Junho, proveniente da Câmara
Municipal, a fim de solicitar à Assembleia Municipal de Vila Viçosa a designação:
1. De um elemento para a Comissão de Análise Técnica, nos termos da alínea d), do n.º 3, do
Artigo 9.º do Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Vila Viçosa;
2. E de um elemento de cada Partido Político com representação na Assembleia Municipal para a
Comissão Consultiva, nos termos do n.º 2, do Artigo 10.º do Regulamento do Orçamento
Participativo do Município de Vila Viçosa
- Transcrição dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento do Orçamento Participativo do Município de
Vila Viçosa:
"Artigo 9.º"
Comissão de Análise Técnica
1. A Comissão de Análise Técnica é responsável pela preparação, acompanhamento e orientação
de todo o processo do Orçamento Participativo
2. Compete ao Presidente da Câmara Municipal designar anualmente os trabalhadores
municipais que integram a Comissão de Análise Técnica, de acordo com a composição da
comissão prevista no número seguinte
3. A Comissão de Análise Técnica é composta por sete elementos:
a) O Presidente da Câmara, ou um Vereador por aquele nomeado, que preside à Comissão;
b) Três Técnicos da Câmara Municipal, nomeados pelo Presidente da Câmara;
c) Os Presidentes de Juntas de Freguesia do Concelho;
d) Um elemento da Assembleia Municipal, eleito numa Sessão Ordinária da Assembleia Municipal
para o mandato."
A.







Artigo 10.º Comissão Consultiva
1. A Comissão Consultiva do Orçamento Participativo tem como objetivos assegurar o
cumprimento das normas do presente Regulamento e acompanhar e avaliar a transparência de
todas as fases do processo
2. A Comissão Consultiva é constituída pelo <u>Presidente da Assembleia Municipal</u> e <u>por um</u>
elemento de cada Partido Político com representação na Assembleia Municipal, cabendo a esta a
sua designação para cada mandato."
Tornando-se necessária a designação de um elemento para a Comissão de Análise Técnica, nos
termos da alínea d), do n.º 3 do Artigo 9.º do Regulamento do Orçamento Participativo do
Município de Vila Viçosa, foi entregue a cada um dos Deputados Municipais, o papel
correspondente para exercerem o seu voto através de escrutínio secreto
A Deputada Municipal Maria Paula Queiroz propôs em nome de Movimento por Vila Viçosa, que
a Assembleia Municipal designasse o Deputado Municipal Francisco Manteigas, para integrar a
composição desta Comissão
Continuando, o Presidente da Mesa Joaquim Viegas colocou a votação a proposta apresentada
Continuando, o Presidente da Mesa Joaquim Viegas colocou a votação a proposta apresentada
Continuando, o Presidente da Mesa Joaquim Viegas colocou a votação a proposta apresentada pela Deputada Municipal Maria Paula Queiroz, em nome de Movimento por Vila Viçosa para
Continuando, o Presidente da Mesa Joaquim Viegas colocou a votação a proposta apresentada pela Deputada Municipal Maria Paula Queiroz, em nome de Movimento por Vila Viçosa para entrada na Mesa
Continuando, o Presidente da Mesa Joaquim Viegas colocou a votação a proposta apresentada pela Deputada Municipal Maria Paula Queiroz, em nome de Movimento por Vila Viçosa para entrada na Mesa
Continuando, o Presidente da Mesa Joaquim Viegas colocou a votação a proposta apresentada pela Deputada Municipal Maria Paula Queiroz, em nome de Movimento por Vila Viçosa para entrada na Mesa
Continuando, o Presidente da Mesa Joaquim Viegas colocou a votação a proposta apresentada pela Deputada Municipal Maria Paula Queiroz, em nome de Movimento por Vila Viçosa para entrada na Mesa.————————————————————————————————————
Continuando, o Presidente da Mesa Joaquim Viegas colocou a votação a proposta apresentada pela Deputada Municipal Maria Paula Queiroz, em nome de Movimento por Vila Viçosa para entrada na Mesa.————————————————————————————————————
Continuando, o Presidente da Mesa Joaquim Viegas colocou a votação a proposta apresentada pela Deputada Municipal Maria Paula Queiroz, em nome de Movimento por Vila Viçosa para entrada na Mesa.————————————————————————————————————
Continuando, o Presidente da Mesa Joaquim Viegas colocou a votação a proposta apresentada pela Deputada Municipal Maria Paula Queiroz, em nome de Movimento por Vila Viçosa para entrada na Mesa.————————————————————————————————————
Continuando, o Presidente da Mesa Joaquim Viegas colocou a votação a proposta apresentada pela Deputada Municipal Maria Paula Queiroz, em nome de Movimento por Vila Viçosa para entrada na Mesa.————————————————————————————————————
Continuando, o Presidente da Mesa Joaquim Viegas colocou a votação a proposta apresentada pela Deputada Municipal Maria Paula Queiroz, em nome de Movimento por Vila Viçosa para entrada na Mesa.————————————————————————————————————





obtido a Proposta 10 (dez) votos a favor e 8 (oito) votos em branco
Deliberação: A Assembleia Municipal, deliberou através de escrutínio secreto, com 10 (dez
votos a favor e 8 (oito) votos em branco, designar o Deputado Municipal Francisco Manteigas
nos termos da alínea d), do n.º 3 do Artigo 9.º do Regulamento do Orçamento Participativo do
Município de Vila Viçosa, para integração como Membro na Comissão de Análise Técnica
Tornando-se necessária a designação de um Elemento de cada Partido Político para integrar a
Comissão Consultiva, nos termos do n.º 2 do Artigo 10.º do Regulamento do Orçamento
Participativo do Município de Vila Viçosa, o Presidente da Mesa Joaquim Viegas deu início às
intervenções dos Deputados Municipais para apresentarem as suas propostas
O Deputado Municipal José Cardoso propôs a Deputada Municipal Carmen Estorrica pela
Bancada da CDU - Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)
O Deputado Municipal Rui Costa propôs o Deputado Municipal Agostinho Arranca pela Bancada
do Partido Socialista
A Deputada Municipal Inês Correia propôs a Deputada Municipal Maria Madalena Barros pela
Bancada do Movimento por Vila Viçosa
Face às propostas apresentadas, o Presidente da Mesa Joaquim Viegas, propôs que a Assembleia
Municipal de Vila Viçosa, deliberasse a designação dos seguintes Elementos da Assembleia
Municipal de Vila Viçosa, para a Comissão Consultiva do Regulamento do Orçamento
Participativo do Município de Vila Viçosa:
- A Deputada Municipal Carmen Estorrica pela Bancada da CDU - Coligação Democrática Unitária
(PCP-PEV)
- O Deputado Municipal Agostinho Arranca pela Bancada do Partido Socialista
- E a Deputada Municipal Maria Madalena Barros pela Bancada do Movimento por Vila Viçosa
Deliberação: A Assembleia Municipal, deliberou designar a Deputada Municipal Carmen
Esturrica da CDU - Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV), o Deputado Municipal Agostinho
Arranca do Partido Socialista e a Deputada Municipal Maria Madalena Barros do Movimento





por Vila Viçosa, para integrarem na Comissão Consultiva do Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Vila Viçosa.-----

SEGUNDO MOMENTO DO PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa verificou que na folha correspondente, não havia registo de inscrições de Munícipes para o Segundo Momento do Período de Intervenção do Público.-----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA

ENCERRAMENTO







Componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Vila Viçosa e por mim, Patrícia Isabel Ventura Mamede, Municipal de Vila Viçosa, designada para secretariar e lavrar as Atas, nos termos do disposto no n.º 2, do art.º 57.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 45.º do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Viçosa e do Despacho n.º 21/2021 do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa, exarado em dezoito de outubro de dois mil e vinte e um.

O Presidente da Mesa, John Adalana Capatina Oscabole Bernal

A Primeira Secretária, Toria Madalana Capatina Oscabole Bernal